

Do Velho Chico ao Sertão: água que corre, bolsões de sede ainda persistem — causas e consequências da privatização

Roberto Malvezzi (Gogó)

Um rio que corta a história

As pessoas perguntam muito qual é, de fato, a situação da Transposição do Rio São Francisco. Atualizar os dados não é simples: a obra é gigantesca, complexa e envolve diferentes etapas — sobretudo a implantação dos canais e, principalmente, a questão central: quem, afinal, se beneficia dessa água?

Vale recordar que o objetivo geral do projeto era resolver o problema de abastecimento de 12 milhões de pessoas. Mas, no próprio corpo do projeto, a partilha da água já revelava desigualdade: 70% destinados à irrigação, 26% ao uso urbano e apenas 4% à população difusa do Semiárido — justamente a mais castigada pelas estiagens, que historicamente trouxeram fome, sede, migração forçada, saques e até alta mortalidade infantil. Essa distorção foi um dos principais motivos da reação da sociedade civil à sua concepção. Somava-se a isso o desinteresse pela revitalização do São Francisco e pelas populações ribeirinhas, que sofrem os mesmos problemas mesmo vivendo à beira do rio. Pairava ainda um temor maior: a possibilidade de privatização dessas águas, o que as transformaria em um dos maiores mercados de água do mundo.

Água de muitos, sede de tantos

Em visita recente ao Nordeste, o presidente Lula declarou que em 2026 a obra estará concluída: “Tenho certeza de que, ao final do meu mandato, toda a transposição estará completa e 12 ou 13 milhões de nordestinos não precisarão mais carregar pote d’água na cabeça, como eu fazia quando tinha 7 anos”¹.

¹ Transposição do São Francisco deve ser concluída até 2026, diz Lula. Poder 360, Brasília, 19 mar. 2025. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poder-governo/transposicao-do-sao-francisco-deve-ser-concluida-ate-2026-diz-lula/>.

Uma fala desse porte daria tema para um livro, mais do que para um artigo. Basta andar pelo sertão e conversar com uma senhora que tem uma cisterna no quintal para perceber o que realmente mudou a vida dela e de sua família. Talvez ela nem saiba explicar o que é a Transposição, mas sabe muito bem o que significa a cisterna: livrou-a da lata d'água na cabeça, da sede, das doenças e, talvez, da migração ou até da morte. É preciso registrar essa narrativa paralela à versão oficial, porque foi assim que mais de um milhão de famílias puderam viver mais em paz em seu próprio lugar de origem. O impacto foi ainda maior quando vieram, junto às cisternas, outras tecnologias de convivência com o Semiárido: cisternas de produção, agroecologia, canteiros produtivos, apicultura, criação de pequenos animais, produção de feno e silagem, entre tantas outras.

Água que passa sem chegar

Enquanto escrevia esse texto, perguntei ao professor João Abner, hidrólogo do Rio Grande do Norte, se as águas do São Francisco já haviam chegado ao estado. Ele respondeu:

Sim, praticamente toda a água que está sendo bombeada, descontada das perdas de mais de 20% no percurso e dos consumos em Pernambuco, virá para a barragem de Oiticica, no Rio Grande do Norte. Nesse caso, Ceará e Paraíba funcionam apenas como áreas de passagem, o que revela a ausência de projetos de aproveitamento dessa água nesses estados, algo absurdo depois de tantos anos de inauguração. Mesmo no Rio Grande do Norte, não há projetos concretos: nenhuma adutora foi construída para levar a água de Oiticica até o Seridó, que enfrenta hoje uma seca extrema. Resta saber se ainda é possível mudar essa realidade, marcada pela velha indústria da seca no Brasil .

Já o presidente do Instituto de Gestão das Águas do RN (IGARN), José Procópio Lucena, afirma que há sim um projeto de destinação das águas do Oiticica para o Seridó. Segundo ele, a primeira fase de destinação da água já está em andamento, a segunda tem orçamento previsto e a terceira ainda está em elaboração, sem orçamento no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Esse contraste revela que a distribuição da água da transposição ainda depende de muitas obras e recursos — o que contradiz, ao menos em parte, a fala do presidente Lula sobre a conclusão em 2026. O que se conclui, de fato, é a construção dos grandes canais. Para que a água chegue ao povo, ainda será necessária muita luta popular e, sobretudo, decisão política.

Do canhão à muriçoca

Como lembra João Suassuna, não se pode dizer que a Transposição seja um “elefante branco” cortando a Caatinga e o Sertão. Com todas as suas contradições, ela cumpre um papel — não o que foi vendido em discursos de marketing político, mas o que de fato foi construído: garantir água para irrigação e para a indústria nos centros urbanos. Por tabela, também aumenta a segurança hídrica de grandes cidades do Nordeste, inclusive no litoral, como Fortaleza, abastecida pelo Açude Castanhão.

Uma das críticas da sociedade civil sempre foi direcionada à concepção da obra e à sua megaestrutura. Os eixos Norte e Sul foram projetados para transportar 127 metros cúbicos por segundo, em tempos de cheia do São Francisco. Em condições normais, a previsão era de 60 metros cúbicos por segundo. Na prática, o volume tem ficado em apenas 26,4 metros cúbicos por segundo. Em outras palavras, foi como projetar um ‘canhão para matar uma muriçoca’. Esse volume de água poderia ser transportado por meio de adutoras médias e pequenas, abastecendo cidades e distritos do Semiárido — exatamente a proposta defendida por organizações da sociedade civil. Eis o primeiro paradoxo. Quando era presidenta, Dilma Rousseff declarou que a distribuição da água para a população difusa ficaria para uma segunda etapa — que, vale lembrar, demandaria adutoras tão ou mais caras do que os canais. Mas, como mostra o depoimento do professor João Abner, o Seridó potiguar atravessa uma seca extrema: a água já chegou à barragem de Oiticica, mas não chegou ao povo. O presidente do IGARN, José Procópio, insiste que o projeto existe e será implantado, mas a realidade segue em aberto.

Privatizar até a chuva?

O segundo paradoxo é político e administrativo, e já se confirma, como previa a sociedade civil: a tendência de privatizar os canais e de transformar a transposição em um dos maiores mercados de água do planeta. Hoje, a União ainda banca o custo da água para os estados, mas não pretende sustentar essa conta para sempre. Uma das saídas em debate é repassar os canais a empresas privadas, que, naturalmente, cobrariam pelo transporte e pela manutenção da água. O resultado seria inevitável: tarifas ainda mais caras do que o previsto inicialmente.

O terceiro paradoxo é ainda mais grave. O verdadeiro “pulo do gato” pode ser a apropriação da água de chuva armazenada nos grandes reservatórios dos estados receptores. Caso a gestão seja privatizada, essa água — que sempre foi um bem público, de livre acesso às comunidades — pode virar um ‘brinde’ para as empresas privadas. O que não lucrariam diretamente com a transposição, poderiam lucrar com a privatização dos açudes públicos.

A Revitalização que nunca veio

Quando a sociedade civil organizada resistiu ao projeto da Transposição, não se tratava apenas de uma obra em si, mas de uma velha lógica: a repetição de grandes empreendimentos anunciados como ‘salvadores’ do povo nordestino. Desde o início, afirmávamos que a transposição seria “a última grande obra da indústria da seca e a primeira do hidronegócio”. Isso porque ela representava uma mudança de patamar: a mercantilização da água no Semiárido, agora dentro da lógica global do hidronegócio.

Em contraposição, nossa proposta de revitalização tinha outro sentido: devolver vida ao rio. Não se tratava apenas de transformá-lo em um canal de água, mas também de recuperar sua flora e sua fauna, estabelecer uma moratória de dez anos para grandes projetos, implantar saneamento básico, cuidar dos afluentes e das áreas de recarga dos aquíferos Bambuí e Urucuia e, sobretudo, incluir as populações ribeirinhas — em especial as comunidades tradicionais do São Francisco.

O governo chegou a afirmar que concordava com a maioria das propostas de revitalização. Entre as iniciativas, estavam obras de saneamento básico em vários municípios ribeirinhos e a construção de adutoras para comunidades localizadas até dez quilômetros das margens — depois ampliadas para quinze quilômetros. Também se previa a adoção das tecnologias de convivência com o Semiárido sugeridas pela ASA. No entanto, apesar de 95% das obras concluídas, ainda restam lacunas: três adutoras inacabadas em Casa Nova, outras três em Remanso (que atenderiam 27 comunidades e 7 mil pessoas), 11 sistemas de abastecimento em Pilão Arcado e serviços de saneamento em Remanso e Sento Sé que até hoje não foram ligados à rede municipal. E isso é apenas no Submédio São Francisco — a situação completa ao longo do rio ainda é incerta.

Ainda enquanto escrevia esse texto, perguntei ao Secretário do Comitê de Bacia Hidrográfica do São Francisco, Almacks Carneiro se o Comitê tem um plano específico de revitalização. Ele respondeu:

Não, o Comitê não tem um plano de revitalização, apenas um plano de bacia — embora algumas ações de revitalização existam. Quem deveria ter esse plano é o Governo Federal. A Transposição só pôde ser realizada porque havia um plano de bacia. Já na Bahia, o Canal do Sertão Baiano conseguiu incluir R\$ 4,3 bilhões no PAC, com previsão de dez anos para conclusão. A ordem de execução de 15 km já foi dada, dentro da área do rio Salitre. Mas o traçado do canal muda sempre que muda a direção da Codevasf ou o Ministro da Integração. A tomada de água ficou mesmo no Projeto Salitre e seguirá até Ponto Novo, depois para Pedras Altas e de lá para São José do Jacuípe .

Assim, novos projetos de utilização das águas do São Francisco já estão em curso, mesmo sem um plano consistente de revitalização do velho e sofrido rio. Vale lembrar: a vazão ecológica mínima para sua foz deveria ser de 1.300 metros cúbicos por segundo. Hoje, em Xingó, ela está em torno de 1.000 metros cúbicos por segundo — cerca de 300 metros cúbicos por segundo abaixo do necessário.

Sede à beira da água

Esse caso ilustra bem a distância entre o marketing político e a realidade. Assim como em outras grandes obras, dizia-se que a transposição seria a solução definitiva para a sede e para as secas do Nordeste. No entanto, 60% do Semiárido brasileiro está na Bahia, enquanto o eixo já concluído da transposição segue em direção contrária ao sertão baiano. Mais uma vez, foram as microestruturas — cisternas, barreiros e pequenas adutoras — que garantiram a sobrevivência da população difusa. Sem elas, muitos ainda estariam morrendo de sede durante as longas estiagens naturais da região.

Também é revelador observar o percurso da política de revitalização. Durante os governos Temer e Bolsonaro, praticamente todas as ações foram canceladas, restando apenas o que já estava contratado. Para nós, a revitalização do São Francisco nunca foi uma obra isolada, mas parte do paradigma da Convivência com o Semiárido.

Quando foi ministro da Integração, Ciro Gomes trouxe ao São Francisco obras municipais de saneamento básico — muitas delas inconclusas, como vimos. Mas, paralelamente, o governo federal investiu em programas que marcaram época: Água para Todos, P1MC, P1+2, além de políticas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Essas iniciativas fortaleceram as tecnologias de convivência com o Semiárido e explicam, em grande parte, o apoio popular ao governo Lula. Afinal, foram políticas que chegaram diretamente às casas, propriedades e comunidades, melhorando de forma concreta as condições de vida da população difusa — justamente a que mais sofreu com os efeitos das estiagens. Não por acaso, muitas famílias passaram a ter cisternas mesmo morando às margens do próprio São Francisco.

O futuro em disputa

A transposição trouxe alguns benefícios para parte da população urbana do Nordeste, mas o grande desafio continua: atender a população difusa, sobretudo nos pequenos e médios municípios do Semiárido. Entre organizações da sociedade civil, há

o consenso de que a questão central hoje não é mais a obra em si — já implantada —, mas sim a destinação dessa água. São necessárias adutoras de porte pequeno e médio para abastecer esses centros. O caso da água que chegou à barragem de Oiticica, no Rio Grande do Norte, mas não chegou ao povo do Seridó, é emblemático. Se a privatização avançar, o risco é ainda maior: as empresas só levarão água onde houver viabilidade financeira, e para isso tendem a elevar o preço do metro cúbico, mesmo no abastecimento humano.

As cisternas também precisam ser universalizadas. Estima-se que seriam necessárias 1,3 milhão de unidades para captar água de chuva para beber. Até hoje, pouco mais de 1 milhão foram construídas. O Projeto Um Milhão de Cisternas (P1MC) segue recebendo investimentos no atual governo Lula, assim como o P1+2 (Uma Terra e Duas Águas). Mas as tecnologias de produção de alimentos com base na água de chuva, associadas ao acesso à terra e a outras práticas de convivência com o Semiárido, ainda têm um longo caminho a percorrer para atender plenamente a agricultura camponesa.

O Semiárido brasileiro avançou muito em infraestrutura nos últimos 20 anos. Já não convivemos com a fome, a sede e a miserabilidade — que geravam migrações, saques e elevada mortalidade infantil. Mas ainda estamos longe do ponto ideal. É preciso continuar investindo em estruturas que cheguem diretamente às casas e resolvam os problemas cotidianos das famílias.

Também é urgente construir adutoras que levem água diretamente do São Francisco ou dos eixos da transposição até os municípios. Sem isso, a transposição corre o risco de se tornar como uma ‘vitrine de padaria’: o povo vê o pão e os doces, mas não pode provar o que está diante de seus olhos.

Mais que isso, é necessário um plano hídrico integrado para todo o Vale do São Francisco, que inclua a revitalização do rio. A situação não pode ficar à mercê de iniciativas isoladas e desconexas. Dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) mostram que, apenas no Oeste Baiano, 7.120 quilômetros de rios estão mortos nas bacias do Guará, Santo Antônio, Meio, Correntina, Arrojado, Formoso, riacho do Meio, Itaguari e Carinhanha — todos afluentes ou subafluentes do São Francisco. E os conflitos se multiplicam: em 2024, a CPT registrou 266 disputas por água em todo o país, atingindo quase 284 mil pessoas.

Diante disso, cabe perguntar: que responsabilidade assumem os governadores, prefeitos, deputados e senadores dos estados, hoje beneficiados pela transposição? Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Sergipe, Alagoas, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte todos dependem do São Francisco. Se são beneficiários, por que não demonstram interesse efetivo em sua revitalização?

O caminho já está apontado. A chave da convivência com o Semiárido foi construída ao longo de décadas pela sociedade civil em parceria com universidades, setores técnicos e governos. O desafio agora é garantir que a água permaneça um bem público e que seja distribuída a quem mais precisa. Como sempre, a solução dependerá de uma decisão política.

Para Saber Mais

CPT – Comissão Pastoral da Terra. Conflitos no Campo – Brasil, 2024. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Goiânia: CPT, 2025. p. 25.

CPT-BA; et al. Morte das águas no Oeste da Bahia: diagnóstico das comunidades sobre a morte das águas nas sub-bacias dos rios Corrente e Carinhanha. Disponível em: <https://cptba.org.br/a-morte-das-aguas-no-oeste-da-bahia/>. Acesso em: 14 ago. 2025.

PODER360. Transposição do São Francisco deve ser concluída até 2026, diz Lula. 2025. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poder-governo/transposicao-do-sao-francisco-deve-ser-concluida-ate-2026-diz-lula/>. Acesso em: 13 ago. 2025.

Dados do Autor:

MALVEZZI, Roberto. Graduado em Filosofia, Teologia e Estudos Sociais. Membro da Comissão Pastoral da Terra-BA. Membro da Comissão de Ecologia Integral e Mineração da CNBB. Escritor e compositor.